



FIM ainda **DE SÉCULO:** **manicômios ?**

Organização

MARIA INÊS ASSUMÇÃO FERNANDES

IANNI RÉGIA SCARCELLI

ELIANE SILVIA COSTA

Textos de

GREGORIO KAZI

GUILLERMO BARRIENTOS

IANNI RÉGIA SCARCELLI

ISABEL CRISTINA LOPES

JOÃO A. FRAYZE-PEREIRA

JONAS MELMAN

JÚLIO CÉZAR GIUDICE MALUF

MARIA EUGENIA RUIZ VELASCO

MARIA HELENA SOUZA PATTO

MARIA INÊS ASSUMÇÃO FERNANDES

MARLENE GUIRADO

NACILE DAUD JÚNIOR

OLGÁRIA CHAIM FÉRES MATOS

PAULO AMARANTE

SIGLIA CRUZ DE SÁ LEÃO et all

WALTER ALEXANDRE

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
HOMENAGEM À DR ^a . NISE DA SILVEIRA	
Arte e loucura no museu: uma poética singular <i>João Augusto Frayze-Pereira</i>	19
PARTE I: EXCLUSÃO X CIDADANIA NA MODERNIDADE	
Cidadania: espaço público e tolerância mestiça <i>Olgária Chaim Féres Matos</i>	33
Uma nova ordem: narcisismo expandido e interioridade confiscada <i>Maria Inês Assumpção Fernandes</i>	39
Manicômio e loucura no final do século e do milênio <i>Paulo Amarante</i>	47
PARTE II: POLÍTICAS PÚBLICAS, NEOLIBERALISMO E MOVIMENTO ANTIMANICOMIAL NA AMÉRICA LATINA	
Neoliberalismo, luta antimanicomial e pós-neoliberalismo <i>Nacile Daud Júnior</i>	57
Saúde mental, políticas públicas e neoliberalismo: a experiência de Cuba <i>Guillermo Barrientos</i>	75
Neoliberalismo e políticas de saúde mental no México: a reestruturação psiquiátrica tão longe e tão perto <i>Maria Eugenia Ruiz Velasco</i>	83
Neoliberalismo e saúde mental: a experiência do Uruguai <i>Walter Alexandre</i>	93
A poesia deve ser feita por ou para todos? <i>Gregorio Kazi</i>	99
PARTE III: FORMAÇÃO ACADÊMICA E PRÁTICAS ANTIMANICOMIAIS	
Formação profissional, compromisso político e luta antimanicomial <i>Maria Helena Souza Patto</i>	109
Universidade e luta antimanicomial <i>Marlene Guirado</i>	123
Exclusão no processo de formação: reflexões sobre o Instituto de Psicologia <i>Alexandre Watanabe, Carlos Francisco Livieres, Paula Fontana Fonseca, Siglia Cruz de Sá Leão</i>	131

PARTE IV: PESQUISAS E PRÁTICAS ANTIMANICOMIAIS

Centros de Convivência e Cooperativa: reinventando com arte agenciamentos de vida <i>Isabel Cristina Lopes</i>	139
Produção artística e cidadania: a experiência do Coral Cênico de Saúde Mental <i>Júlio César Giudice Maluf</i>	163
Intervenções familiares no campo da reforma psiquiátrica <i>Jonas Melman</i>	171
Trabalhadores em saúde mental e a rede substitutiva paulistana: os interstícios da prática <i>Ianni Régia Scarcelli</i>	187

FORMAÇÃO PROFISSIONAL, COMPROMISSO POLÍTICO E LUTA ANTIMANICOMIAL

MARIA HELENA SOUZA PATTO¹

Embora não trabalhe diretamente com o tema dos manicômios, dedico-me há muitos anos à questão do fracasso escolar em escolas públicas de primeiro grau, lugar, elas também, do que se convencionou chamar de “práticas manicomialis”: ações profissionais que oprimem, rotulam, estigmatizam, discriminam e excluem pessoas sobre as quais incidem, que produzem sofrimento ou aprofundam-no, deixando a alma destroçada, quando não exterminam a própria vida. Práticas que nos põem diante do sério problema da formação profissional. Eu soube recentemente que, numa palestra sobre fracasso escolar para professores da rede pública de Campinas, uma psicóloga fez a seguinte afirmação: “todas estas negrinhas babosas deveriam sair da escola para aprender a costurar.” Frase eloqüente, que mostra o tamanho espantoso que pode assumir a má formação de um psicólogo, a ponto de permitir-lhe permanecer, sem qualquer vestígio de crítica, no interior do mais absoluto preconceito.

Um exame, mesmo que rápido, de alguns textos que estão na base do movimento antimanicomial permite algumas constatações fundamentais ao tema desta Mesa. Em primeiro lugar, eles foram, na maior parte, publicados depois da Segunda Grande Guerra; em segundo lugar, são todos explicitamente críticos do discurso científico oficial; em terceiro lugar, têm como espinha dorsal a dimensão *política* do exercício profissional, e falar em política é falar em exercício do *poder*: não do poder que os homens exercem na relação com a natureza, mas do poder que os homens exercem em suas relações com os outros homens, o que equivale a dizer que eles não encarnam o mito da neutralidade da ciência e da técnica; em quarto lugar, estão comprometidos com os valores humanistas, com o desejo de relações igualitárias e democráticas entre os homens, de superação de relações institucionais hierárquicas, burocráticas, que objetificam as pessoas, que as controlam e alienam. Estes princípios são o motor da obra de David Cooper, R. D. Laing, Michel Foucault e Franco Basaglia, entre outros fundadores.

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da USP.

Os anos cinquenta e sessenta, sobretudo na Europa, foram anos fecundos de questionamento do mundo, de crítica filosófica das Ciências Humanas, especialmente da Psiquiatria e da Psicologia como ciência e profissão. O horror da guerra, do nazi-fascismo, dos campos de concentração, do genocídio, da adesão de tantos líderes embriagados pelo exercício do poder autoritário e delirante pedia entendimento, para que não se repetisse. São anos de indagação e estudo do autoritarismo como traço de personalidade, do preconceito, das instituições socializadoras visíveis e invisíveis. Munidos de sólida formação em Ciências Humanas e Filosofia, que os redimiu da condição empobrecedora de especialistas, muitos estudiosos, sobretudo europeus, puderam perceber que não se tratava de um acontecimento pontual, circunscrito ao tempo e ao lugar da guerra, mas situação generalizada, crônica e sutilmente produzida diariamente no corpo social, sobretudo em instituições devotadas ao reenquadramento dos desviantes da norma - leia-se dos desobedientes da regra de ouro das sociedades capitalistas de produzir e obedecer - ou à formação da personalidade "normal", como a família e a escola. É que o fato terrível da Segunda Guerra havia repostado com força o direito à liberdade, à igualdade e à vida digna como valor essencial.

Ao fazer a crítica da sociedade em que vivem e da profissão que exercem, os autores mencionados revelam possuir um denominador comum: todos eles realizam uma ruptura com os pressupostos teórico-metodológicos da ciência que praticam e ajudam a construir. Mas não uma ruptura qualquer: não se limitam a deixar de lado as classificações da doença mental da Psiquiatria clássica para aderir aos mais recentes quadros clínicos descritos pela Psiquiatria atual; tampouco deixam simplesmente de aderir a tratamentos medicamentosos clássicos para adotar técnicas comportamentais no interior dos manicômios; operam, isto sim, uma *ruptura radical*, que tem no cerne o desvelamento do arbítrio e do compromisso com o disciplinamento instalados no coração das instituições de prevenção e cura, a serviço de uma ordem social que vai ao encontro dos interesses do capital. Fazem-no a partir de outros lugares teóricos, *congenitamente* comprometidos, do ponto de vista ético e político, com a cidadania, com a democratização das relações sociais e com a marcha do processo histórico em direção à humanização da vida. E quando falamos em comprometimento da teoria com a vida digna, estamos falando de posições teóricas nas quais Ética e Ciência não se separam, nas quais o compromisso ético-político é constitutivo dos conceitos.

Impossível entender a obra de Marx sem entender o compromisso que inaugura a crítica e a ruptura que são a sua essência: a indignação com a profunda desigualdade inscrita no modo de produção que se hegemoniza, a compaixão pelos que vivem em condições inaceitáveis nas fábricas e nos terríveis bairros operários da Inglaterra capitalista industrial, a aliança com eles e a constituição de um saber gerado a partir da perspectiva dos explorados e oprimidos. Crítica e ruptura inviáveis sem determinados saberes produzidos no interior da Filosofia, da História, da Sociologia, da Política, da Arte. Saberes que desvelam o caráter justificador de teorias que omitem a dimensão social e política da vida humana e fecham as explicações no plano biológico e psíquico de um “ser humano” abstrato; que mostram as relações entre saber e poder numa sociedade dividida e injusta, na qual a palavra de ordem é “trabalho e submissão” ou, na melhor das hipóteses, “trabalho e autonomia”, esta última na dose exata pedida pela lógica do modo de produção em vigor em determinados momentos de sua história.

Cooper, Laing, Foucault, Basaglia, e tantos outros que se insurgem contra a Psiquiatria e a Psicologia oficiais, sabem, em que pesem as diferenças que os separam, que estas ciências fazem o jogo dos poderosos, submetem e justificam a exclusão dos indesejáveis ou dos desnecessários ao capital e o fazem de modo convincente exatamente porque são lacunares, falam sobre o que parece ser e silenciam sobre as relações de exploração e opressão. Sabem também que não se trata de preencher estas lacunas para “consertar” o discurso competente sobre a doença mental, suas causas e seu tratamento, pois o preenchimento desses brancos implode a lógica que o sustenta, assentada que está exatamente nessas omissões.² Ao preenchê-las, mostram o que existe de diabólico por trás e no interior dos instrumentos de diagnóstico, nos laudos e nas internações que subtraem das pessoas o direito ao mundo.

Se escreveram nos anos sessenta, educaram-se entre as duas guerras, formaram-se profissionalmente nos anos quarenta e cinquenta, período de efervescência intelectual no oeste europeu, em continuidade com uma produção cultural crítica que vinha sendo elaborada desde o começo do século atual. A questão do poder e de seu exercício nas sociedades industriais capitalistas desde o século XVIII; a denúncia de visões de mundo e de concepções científicas conservadoras, que informam práticas desumanas; a busca de um con-

² Sobre a ciência como discurso competente, e este como discurso lacunar, veja Chauí, 1981.

tra-quadro teórico que orientasse outras práticas profissionais e que anunciasse uma outra realidade, todas essas questões já estavam presentes nos meios acadêmicos e intelectuais europeus desde as primeiras décadas do século, e davam alento a intensa movimentação política, a movimentos sindicais operários reivindicatórios, a debates político-partidários, a enfrentamentos de classes que marcaram, neste século, vários momentos da vida social francesa, inglesa e italiana. Só para dar um exemplo, a luta antimanicomial italiana dos anos sessenta, da qual fez parte Franco Basaglia, só foi possível porque houve apoio de sindicatos e partidos políticos de esquerda, sensíveis que estavam à percepção das relações entre ciência e política.

Entre os antecedentes teóricos desse momento heterogêneo e forte conhecido como “anti-psiquiatria”, cujo denominador comum é o repúdio às práticas manicomiais, está, sem dúvida, o movimento surrealista. Mas o que o Surrealismo tem a ver com a Psicologia, a Psiquiatria e a questão da loucura e dos manicômios, perguntarão os especialistas. Muito. Com certeza, Foucault não teria formulado suas idéias se André Breton não escrevesse o *Manifesto do Surrealismo* (1924), *Nadja* (1928), *Posição Política do Surrealismo* (1935) e se tantos outros textos seus e de seus pares, como Aragon e Éluard, não tivessem sido divulgados sob tantas formas, e atingido, por vários caminhos, tantos lugares da vida social.

A partir da distinção entre razão e pensamento, o movimento surrealista valorizou o funcionamento do segundo, e declarou, sob influência da Psicanálise, a soberania do trabalho do inconsciente, do jogo desinteressado do pensar, de certas formas de associação mental negligenciadas pela lógica binária. Ele nasce como empreendimento filosófico que quer conhecer o pensamento por meio do “automatismo psicológico”, base da livre associação de idéias, do sonho, dos estados de distração mental - da imaginação, da sensibilidade, do espírito de infância, da capacidade de maravilhar-se, enfim. Se estas capacidades fazem parte das possibilidades humanas, então o surreal faz parte da natureza dos homens, então existe um “surrealismo eterno”, presente em todas as culturas, motivo pelo qual urge livrá-lo das amarras da lógica formal. Ao recobrar e dar relevância a um modo anticartesiano de pensar, o Surrealismo assume seu parentesco com os loucos, as crianças, os primitivos, e recusa as dicotomias razão-loucura, real-imaginário, criança-adulto, vigília-sonho. Os surrealistas postulam um homem reunificado, capaz de criação, sujeito social,

o que os predispõe à aproximação do materialismo histórico, o que se dá oficialmente no *Segundo Manifesto*, em 1930 (Béhar & Carassou, 1984). Trata-se, portanto, de resistência, pela recuperação do processo criativo do pensamento, à "morte em vida" a que somos empurrados no mundo moderno, segundo expressão de Walter Benjamin em seu ensaio sobre Baudelaire.

Em 1928 Breton registra sua convivência com a jovem Nadja, que encontrou por acaso numa rua de Paris. Seu fascínio vem da liberdade incomum como ela vê o mundo, se expressa e se comporta, o que a torna interessante, diferente da maioria, mas não agressiva ou inapta ao convívio social. Quando soube de sua internação num manicômio, Breton redigiu um libelo contra a Psiquiatria, verdadeiro precursor do movimento antimanicomial que ganhará existência algumas décadas depois:

Há alguns meses vieram dizer-me que Nadja estava louca. Após algumas excentricidades a que se teria entregue, parece, nos corredores do seu hotel, internaram-na no hospício Vaucluse. (...) O essencial reside nisto: não penso que para Nadja haja uma extrema diferença entre o interior e o exterior de um manicômio. Uma diferença existe, apesar de tudo, por causa do ruído incômodo de uma chave a dar volta numa fechadura, da miserável vista do jardim, da sobranceria da gente que o interroga quando nem sequer está à altura de engraxar os seus sapatos, como o professor Claude, em Sainte-Anne, com a fronte ignara e o ar obstinado que o caracterizam (...), do uniforme abjeto, mas nem mais nem menos do que todos os uniformes (...) Os jornais revelam-nos que no último congresso internacional de psiquiatria, desde a primeira sessão, todos os delegados foram unânimes na condenação da persistente idéia popular segundo a qual não se consegue sair com mais facilidade dos manicômios do que outrora se saía dos conventos. Essa mesma voz do povo garante que estão ali encerradas para toda a vida pessoas que nunca lá deviam ter posto os pés ou que já nada lá têm a fazer; assevera ainda que a segurança pública não está geralmente tão em jogo como o pretendem fazer crer. E os alienistas protestam (...) fornecem sobretudo com grande fragor exemplos de catástrofes ocasionais pela prematura devolução à liberdade de certos doentes mais perigosos. Estando sempre a sua responsabilidade mais ou menos comprometida em semelhante aventura, davam a entender que na dúvida pretendiam abster-se. Sob essa forma, contudo, a questão parece-me mal posta. A atmosfera dos manicômios é de tal ordem que não pode deixar de exercer a influência mais debilitante, mais perniciososa sobre os que lá jazem, e exatamente no mesmo sentido a que os conduziu a sua fraqueza inicial. Isto complica-se ainda mais com o fato de que toda a recla-

mação, todo o protesto, todo o movimento de intolerância não têm outro resultado senão qualificá-lo de insociável (por mais paradoxal que pareça, ainda lhe pedem para ser sociável neste domínio), não servem para outra coisa que não seja a formação de um novo sintoma contra você, não têm mais conseqüências a não ser impedir a sua cura-se perspectiva de cura houvesse, aliás - ou, pelo menos, não permitir que o seu estado permaneça estacionário e não se agrave com rapidez. Daí essas evoluções tragicamente bruscas que se podem constatar nos manicômios, as quais, com muita freqüência, não provêm de qualquer doença. Há motivos para denunciar, em matéria de enfermidades mentais, o processo dessa passagem quase fatal do estado agudo ao estado crônico. Dada a infância extraordinária e tardia da psiquiatria, é absolutamente inane, seja sob que pretexto for, falar de cura realizada nestas condições. Penso, de resto, que isso nem sequer passa pela cabeça dos alienistas mais conscienciosos. (...) Na minha opinião todos os internamentos são arbitrários. Continuo a não ver por que razão se há de privar um ser humano de liberdade. Encerraram Sade; fecharam Nietzsche; prenderam Baudelaire. O processo que consiste em vir surpreendê-lo de noite, em lhe pôr a camisa de força ou em dominá-lo de qualquer outra forma, equivale ao método da Polícia, que lhe mete subrepticamente um revólver no bolso. Sei que se estivesse louco e internado há alguns dias aproveitaria a primeira "remissão" do meu delírio para assassinar friamente quem apanhasse à mão (o médico, de preferência). Conquistaria, ao menos, o direito de isolamento, como os agitados. Talvez me deixassem em paz.

As pompas e as obras da psiquiatria inspiram-me tal desprezo que ainda não ousei procurar saber o que foi feito de Nadja. Já referi as razões do meu pessimismo acerca de sua sorte, e ao mesmo tempo da sorte reservada a alguns seres da sua espécie. Talvez arrisque uma opinião infundada, mas penso que ela poderia sair desse mal passo se fosse tratada numa casa de saúde particular, com todos os cuidados devidos aos ricos, sem estar sujeita a nenhuma promiscuidade que pudesse afetá-la, mas antes reconfortada em tempo oportuno por presenças amigas, satisfeita o mais possível nos seus gostos, reconduzida insensivelmente, sem ser necessário forçá-la, a um senso aceitável de realidade, auxiliada a remontar pelos seus próprios meios até a origem do seu distúrbio. Mas Nadja é pobre, e isso, no tempo em que vivemos, chega para condená-la, desde que decida não estar absolutamente em regra com o código imbecil do bom-senso e dos bons costumes. (Breton, 1972, pp.117-122, passim)

Dissemos que os antipsiquiatras fundamentam-se na Filosofia, na História, na Política, na Sociologia, na Arte, o que obviamente não significa que tenham se dedicado ao estudo destas áreas para tornarem-se filósofos, historia-

dores, cientistas políticos sociólogos ou artistas de profissão. O temor generalizado de perda da especificidade da Psicologia e da identidade dos psicólogos quando se abrem para outras áreas de conhecimento é, portanto, descabido e funciona como poderoso mecanismo corporativo de defesa contra o novo, através do apego ao já conhecido, mesmo que superado.

Os saberes adquiridos no que chamo de “regiões de fronteira” da Psicologia permitem aprofundar o entendimento da ciência que praticamos, ampliar e alicerçar a *crítica* das ciências humanas parcelares e pôr em ação formas mais humanizadas de estar com os que procuram ajuda, quer quando em sofrimento psíquico, quer quando desejosos de aprofundar o conhecimento de si mesmos. E crítica, diga-se de passagem, não é implicância, não é ataque, como se costuma dizer, mas é ir à raiz do conhecimento, é definir os seus compromissos, é localizar a concepção de homem e de sociedade que o fundamenta. E ao fazerem a denúncia de um estado de coisas vigente na Psiquiatria e na Psicologia, filósofos, psiquiatras e psicólogos críticos da Medicina e da Psicologia fazem mais do que criticar, pois são portadores de uma utopia, de algo que ainda não tem lugar, mas poderá tê-lo, se agirmos nesta direção. Como diz Paulo Freire (1970) com muita felicidade, a utopia é unidade indissociável de denúncia e anúncio. Estes intelectuais denunciam formas científicas de injustiça, de humilhação e de opressão no mesmo ato em que anunciam outras formas de atendimento psiquiátrico e psicológico comprometidas com a justiça, a dignidade e a liberdade, mesmo sabendo dos limites impostos a elas pelas condições históricas atuais. Dizendo de outro modo, a crítica (seja a uma modalidade de atendimento psiquiátrico, seja a instrumentos padronizados de diagnóstico psicológico) é feita a partir de um outro lugar teórico, de outras concepções, de um outro projeto político, que vão-se explicitando à medida que ela se explicita.

Em 1961, depois de treze anos de docência na Universidade de Pádua, Basaglia renunciou à carreira acadêmica. Sobre esse período, ele diz:

Éramos adestrados e condicionados a agir de modo a conservar a ordem na qual estávamos inseridos. Era-nos delegado o exercício da violência e a incorporar no doente a nossa conduta. O paciente vinha à clínica universitária, espécie de ante-sala do manicômio, incorporava a punição implícita no diagnóstico, era usado como objeto de estudo e depois mandado de volta ao manicômio onde estava sendo destruído. (1979, p.7)

Desta passagem retenhamos a idéia de que o diagnóstico tem implícita uma punição, tese compartilhada por David Cooper (1978, pp.7-8) quando afirma:

Muitas pessoas a quem se chama de loucas e que se transformam em vítimas sociais dessa atribuição (ao serem "postas de lado", ao serem submetidas a choques elétricos, a tranqüilizantes e a cirurgias que dilaceram o cérebro) provêm de ambientes familiares em que há uma necessidade desesperadora de encontrar um alívio qualquer na pessoa de alguém que assentirá (...) em carregar a perturbação de cada um dos outros e, em certo sentido, dispor-se a sofrer por eles. Dessa forma, a vítima passa a ser um objeto efêmero dentro do sistema da família, e o sistema da família acaba envolvendo os cúmplices médicos nos seus mecanismos. Os médicos têm a finalidade de ser utilizados para pespegarem o rótulo "esquizofrenia" ao membro familiar enfermo, e então sistematicamente promovem a destruição desse objeto através de processos físicos e sociais a que se dá o nome de "tratamento psiquiátrico". Tudo isso parece-nos relacionado com certos fatos políticos que se verificam no mundo ao nosso redor.

Idéia que também é de Ronald Laing (1978, pp.14-17, *passim*), quando ressalta a objetificação de médico e paciente numa prática profissional que desconsidera a dimensão social do comportamento das pessoas:

O estudo dos acontecimentos sociais apresenta dificuldade quase insuperável, pelo fato de sua visibilidade (...) ser muito baixa. No espaço social, a capacidade direta e imediata de uma pessoa ver o que está acontecendo não vai além dos seus próprios sentidos. (...) Uma lição fundamental que quase todos os estudiosos das Ciências Sociais aprenderam é que a inteligibilidade dos acontecimentos sociais exige que eles sempre sejam vistos num contexto que se estende espacial e temporalmente. (...) Comecei tentando ver através da densa opacidade dos acontecimentos sociais, estudando certas pessoas tachadas de psicóticas e neuróticas, como as que vemos nos hospitais de alienados, unidades psiquiátricas e clínicas de pacientes não-hospitalizados. Comecei a ver que estava envolvido no estudo de situações e não apenas de indivíduos. Afigurava-me (...) que o estudo de tais situações era interrompido de três modos principais. Em primeiro lugar, o comportamento dessa gente era considerado como sinais de um processo patológico em andamento dentro delas e apenas secundariamente a tudo o mais. Todo o assunto estava encerrado numa metáfora médica, a qual, em segundo lugar, condicionava a conduta de todos os que estavam encerrados nela, médicos e pacientes. Em terceiro, através dessa metáfora, a pessoa que era paciente no sistema, estando isolada deste, não

mais podia ser encarada como uma pessoa: como corolário, também era difícil para o médico se comportar como uma pessoa. Uma pessoa não existe sem um contexto social; não se pode tirar uma pessoa do seu contexto social e ainda considerá-la como pessoa, ou agir em relação a ela como tal. Se não agimos para com outrem como pessoa, despersonalizamos-nos a nós mesmos.

A partir da constatação de que os hospitais psiquiátricos, da forma como estão organizados, são instituições a serviço da opressão e da tortura em sociedades autoritárias, Basaglia mudou a vida no Hospital Psiquiátrico de Gorizia, para onde se deslocou depois de deixar a universidade. Esta mudança, que negava a instituição, foi assim resumida: “acaba com as medidas institucionais de contenção, cria condições para reuniões e confrontos entre o pessoal médico e os pacientes e devolve ao doente a dignidade de um cidadão quando abre espaços para que este se reúna com seus companheiros de condição e, através de grupos organizados, influam e decidam sobre a vida institucional a que estavam submetidos” (Portolese, 1979, pp.7-8). Desta passagem, retenhamos a idéia de “criar condições para reuniões e confrontos”.

Ao fazê-lo, instalou o reino da pura heresia, pois devolveu a pessoas consideradas incapazes de pensar e decidir o direito e a capacidade de fazê-lo. A mesma heresia contida em trabalhos de Psicologia em escolas, nos quais se criam condições para que crianças de classes especiais, tidas como mentalmente deficientes, resgatem sua história escolar, reflitam sobre ela, planejem, proponham, reivindiquem, ou seja, exerçam a capacidade de pensar sobre a produção de sua condição de “alunos especiais”.³

Em *Vigiar e Punir*, Foucault (1996, p.24) examina a Psiquiatria e a Psicologia de um outro ângulo: o de sua participação direta no processo de formação da sentença judicial. Ainda que formulada em termos de sanção legal, a sentença implica hoje em juízos de normalidade, atribuições de causalidade, previsões sobre o futuro dos réus. O juiz de nossos dias não faz mais um simples julgamento de culpa, não toma uma decisão meramente legal, pois está em jogo uma apreciação de normalidade e uma prescrição técnica para uma normalização futura, feitas pelo perito psiquiatra ou psicólogo. Desta passagem, retenhamos a idéia de que psicólogos e psiquiatras julgam delitos e determinam penas.

³ Como exemplo deste tipo de trabalho, veja Marcondes, 1994.

Como, a partir de tudo isso, continuar a defender a neutralidade das Ciências Humanas, a negar a dimensão política de diagnósticos, laudos, terapias e teorias que os embasam?

Alguém disse hoje aqui que o mundo está pior. Qual o contexto atual da ação dos psicólogos? Sem qualquer intenção de análise sistemática ou de esgotar a questão, mencionemos alguns pontos: a sociedade administrada de consumo dirigido fechou o cerco; a perda da visão de totalidade ganhou terreno; o fetiche da mercadoria atingiu proporções nunca vistas; vivemos a farsa do neoliberalismo, que nada tem de liberal, e da globalização da economia como destino, no marco dos quais os vencedores e perdedores continuam os mesmos e aprofunda-se o hiato entre ricos e pobres; no vácuo da crise dos países socialistas, voltou-se com renovado ímpeto ao conceito evolucionista de progresso, feito da idéia de transformação gradual e contínua, sem traumas, o que impugna os projetos de mudança social radical; diminuiu, portanto, o ardor político; desvaneceram-se as utopias humanistas; aprofundou-se o individualismo, o cada um por si, a insensibilidade, a falta de projetos coletivos; assim como no século XIX a burguesia refugiou-se do mundo trazendo-o para dentro de casa através das bibliotecas, hoje ela faz o mesmo, trazendo-o para dentro de casa, agora sob a forma de realidade virtual; e em matéria de educação, no interior da ideologia da qualidade total, a escola transforma-se em empresa, o aluno, em consumidor, e o professor em vendedor do ensino como mercadoria de acordo com o gosto do freguês.

Nesse contexto, mais de que nunca é preciso preservar a universidade como lugar de resistência, de necessária contestação. Resistência que assuma sobretudo a forma de insistência em pensar, de reflexão teimosa, que rejeite a burocratização do espaço universitário e sua administração segundo critérios empresariais. Não podemos nos deixar iludir: a burocracia não é inocente, mas uma forma poderosa de alienação e controle. O controle quantitativo da produção em Ciências Humanas corre o risco de premiar os trabalhos mais superficiais. E a burocratização torna-se ainda mais grave quando atinge a prestação de serviços à comunidade, os estágios que envolvem atendimento a pessoas, geralmente pobres. Estágio não pode ser disciplina que termina ao final do semestre letivo, independentemente das necessidades e possibilida-

des das pessoas atendidas. Ao instituí-los assim, estamos fazendo deles lugares privilegiados de comportamento anti-ético.

Educar não é só informar. Educar é formar, é ressocializar, é convidar os alunos a engajarem-se em projetos comprometidos com a coletividade, tanto dentro como fora da instituição universitária. No caso do Instituto de Psicologia, é preciso potencializar os focos do desejo de ser mais do que mera repetição mecânica semestral de rituais didáticos desatentos à dimensão ética de seus fazeres. Os professores têm de ser avaliados, sim, mas com critérios cuidadosos, rigorosos e adequados às especificidades da produção do saber nas Ciências Humanas. E precisamos todos ficar atentos, para não repetir um traço secular da cultura dominante brasileira: a apropriação privada do bem público. A USP é uma instituição *pública*, não somos proprietários de salas, aparelhos ou disciplinas. Mas a figura do catedrático, há muito extinta, continua a rondar e a marcar presença em atitudes autoritárias e patrimonialistas no interior do corpo docente.

As afirmações precedentes trazem implícitos alguns pressupostos: primeiro, é impossível pensar a reestruturação curricular da Psicologia sem pensar a questão do compromisso ético e político da Psicologia e dos psicólogos; segundo, o compromisso não é uma dimensão externa à teoria e à técnica, mas parte integrante delas, ou seja, teoria e técnica não são passíveis de serem usadas para diferentes compromissos, pois, em se tratando de ciências humanas, o compromisso está impresso nos conceitos; terceiro, a reflexão sobre os destinos da formação não pode prescindir de discussão profunda sobre a questão do especialista; quarto, a crítica e o desejo de mudança social gerados na academia ou nos meios intelectuais-profissionais terão tanto mais poder transformador quanto mais se juntarem a outras idéias já consolidadas e a forças sociais em andamento, que caminhem na mesma direção; quinto, que a linha que separa Ciência e Arte pode ser mais tênue do que se supõe; sexto, que uma verdadeira e profunda reestruturação curricular pressupõe uma transformação profunda de hábitos e atitudes de todos os envolvidos na vida do Instituto.

Pois bem, vivemos um momento institucional de reestruturação curricular. Na proposta recém-elaborada, procurou-se corrigir a presença frágil, no currículo atual, de disciplinas fundamentais à instalação do espírito crítico entre nós. Uma análise do currículo em vigor revelou algumas coisas

importantes: um excesso de disciplinas obrigatórias; uma organização curricular em consonância com a concepção experimental e adaptativa de Psicologia como ciência e profissão dominante na primeira metade deste século; um ensino teórico superficial e descontínuo; a existência de pelo menos três subcurrículos estanques, baseados em concepções diferentes de homem, de sociedade e de Psicologia: um conjunto de disciplinas de natureza experimental, no âmbito de uma concepção de Psicologia que tem sido chamada de fisicalista; um conjunto de disciplinas eminentemente práticas, que ensinam técnicas ancoradas em alguns conceitos descontextualizados de seu corpo teórico e operacionalizados para justificar determinados modelos de instrumentação profissional; um conjunto de disciplinas que transitam na fronteira da Psicologia com as Ciências Sociais e a Filosofia. Predominam no currículo atual o primeiro e o segundo.

A reestruturação curricular que está sendo proposta à comunidade do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo não quer extirpar nenhum desses subconjuntos; sugere apenas que se dê mais visibilidade e presença mais igual a todos na formação dos alunos, em concordância com duas advertências de Lucien Goldmann (1968): primeiro, é preciso estar atento ao “dogmatismo da crítica”, ou seja, ao esquecimento de que “a crítica sempre deve ser formulada em relação às possibilidades dos homens em determinada situação, às necessidades e exigências da práxis” a cada momento da história; segundo, “o espírito dialético é, acima de tudo, tentativa de manter as duas extremidades opostas, ao mesmo tempo que sempre se mantém em guarda contra as deformações que podem ir numa direção ou na outra.” Por isso, propõe-se a permanência dos três eixos existentes no currículo atual, acrescidos de um quarto, centrado na História e na Filosofia, que venha a possibilitar a aquisição, pelos futuros psicólogos, de saberes que lhes permitam “dar nome aos bois”, fazer escolhas bem fundamentadas em meio a uma Psicologia oficial que parece múltipla, mas que na verdade não é tão diversificada assim. Nesta proposta, dá-se relevo à importância da História na formação dos psicólogos, sobretudo de uma história da Psicologia que permita situar os compromissos políticos de suas teorias e práticas, e de uma história bem contada da realidade brasileira, na qual os psicólogos que formamos exercerão a profissão.⁴

⁴ *Proposta de Reestruturação Curricular*. Instituto de Psicologia-USP, 1997.

A concepção dominante de psicólogo como *especialista* em técnicas de diagnóstico e tratamento merece comentário. Lucien Goldmann (1968, pp.157-158) define o especialista como simultaneamente “um analfabeto e um formado pela universidade, um homem que se tornou bastante familiarizado com um setor de produção e dotado de elevadas qualificações profissionais para realizar de maneira satisfatória, ou mesmo notável, as tarefas que lhe são atribuídas, mas que está perdendo cada vez mais todo o contato com o resto da vida humana, e cuja personalidade está, assim, sendo deformada e diminuída a um grau extremo.” Uma formação que abole os elementos que permitem a crítica mergulha a todos na “patologia do dogmatismo”. E o dogmatismo “torna-se patológico e mórbido na medida em que, ao defender certas idéias e posições, disposições e atitudes numa situação que não mais lhe corresponde, favorece a preservação de antigos privilégios e instituições e se opõe à ação de homens que aspiram à liberdade” (Goldmann, 1968, p.165). Para não falar da contribuição da própria instituição acadêmica à formação restritiva, que, segundo Bohoslavsky (1997), assume três formas: de restrição física, uma vez que a Universidade é entendida como ilha, e a vida universitária exclui os jovens da vida civil e adia ao máximo sua inserção nela; de restrição decorrente da fragmentação do conhecimento, presente na idéia de especialização; de restrição advinda da meta-aprendizagem da verticalidade e do autoritarismo que dominam as relações pedagógicas.

Seria preciso disponibilidade institucional para uma reflexão coletiva a respeito da Psicologia, reflexão que não pode passar ao largo da crítica das Ciências Humanas que deu existência a alguns dos melhores momentos da Filosofia no século XX. Esta crítica não pode ser ignorada, embora, evidentemente, não seja obrigatório concordar com ela. Mas para discordar dela, para fazer a “crítica da crítica”, *é preciso conhecê-la*, sem o que se fica nos limites da mera recusa emocional dos saberes que questionam técnicas petrificadas que dispensam o pensar. E é esse conhecimento que está faltando nos meios acadêmicos nos quais se faz, se ensina e se discute a Psicologia no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASAGLIA, F. *A Psiquiatria Alternativa*. Contra o pessimismo da razão, o otimismo da prática. Conferências no Brasil. S.P., Brasil Debates, 1979.
- BÉHAR, H. E CARASSOU, M. *Le Surréalisme*. Paris, Librairie Générale Française, 1984.
- BOHOSLAVSKY, R. A psicopatologia do vínculo professor-aluno: o professor como agente de socialização. PATTO, M.H.S (org.) *Introdução à Psicologia Escolar*. S.P., Casa do Psicólogo, 1997.
- BRETON, A. *Nadja*. Lisboa, Ed. Estampa, 1972.
- CHAUÍ, M. *Cultura e Democracia*. O discurso competente e outras falas. S.P., Moderna, 1981.
- COOPER, D. Introdução. In: D. COOPER (org.) *Dialética da Libertação*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968.
- FOUCAULT, M., *Vigiar e Punir*. História da Violência nas Prisões. Petrópolis, Vozes, 1996 (3a. ed.).
- GOLDMANN, L. Crítica e dogmatismo na literatura. In: D. Cooper (org.) *Dialética da Libertação*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. RJ, Paz e Terra, 1970.
- LAING, D. O óbvio. In: D. Cooper (org.) *Dialética da Libertação*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968.
- MARCONDES, A.M. *Crianças de Classe Especial*. S.P., Casa do Psicólogo, 1994.
- PORTOLESE, D.A. et alii, *Apresentação*. In: Basaglia, F. *A Psiquiatria Alternativa*. Contra o pessimismo da razão, o otimismo da prática. Conferências no Brasil. S.P., Brasil Debates, 1979.
- Proposta de Reestruturação Curricular*. Instituto de Psicologia-USP, 1997.